ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O TEMPO DE CUSTÓDIA DE PRESOS EM DELEGACIAS E A FALTA DE ESTABELECIMENTOS PARA ABRIGAR ADOLESCENTES INFRATORES, REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 15H.

ATA Nº 054

PRESIDENTE - DEPUTADO WANCLEY CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde!

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater o tempo de custódia de presos em delegacias e a falta de estabelecimentos para abrigar adolescentes infratores.

Quero lembrar que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao Vivo pela *TV Assembleia* para toda a Baixada Cuiabana. Desde já agradeço a presença de todos.

Convido para compor a mesa os senhores Dr. Adriano Peralta Moraes, Delegado-Geral da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso; Dr. Luiz Fabrício Vieira Neto, Secretário Adjunto de Justiça da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH; Dr. Rogério Atílio Modelli, Delegado-Geral Adjunto da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso; Drª Anaíde Barros de Souza, Delegada Titular da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção a Pessoas - DHPP, de Cuiabá; Sr. Cledison Gonçalves da Silva, Investigador de Polícia, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso - SIAGESPOC; Sr. João Batista Pereira de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso - SINDSPEN-MT; Sr. Paulo César de Souza, Presidente do Sindicato da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso - SINDPSS - MT. (PALMAS)

Composta a mesa de honra, convido a todos para em posição de respeito ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Registramos a presença das autoridades que gentilmente compareceram a esta Audiência Pública: Srª. Flávia Emanuelle de Souza Soares, Superintendente de Gestão de Penitenciárias - SSAP/SEJUDH; Sr. Jean Gonçalves, Superintendente de Gestão de Cadeias da SEJUDH; Sr. Roberval Ferreira Barros, Diretor-Geral da Penitenciária Central do Estado de Mato Grosso; Srª. Sheila Carolo, Coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS do Centro; Sr. Sidnei Aparecido de Oliveira, Secretário de Imprensa do Sindicato da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso - SINDPSS. Muito obrigado pela presença de todos.

Agradecemos a presença dos servidores da Casa Semiliberdade do Socioeducativo, dos servidores da SEJUDH, dos Delegados, Escrivãos e Investigadores da Polícia Judiciária Civil, da imprensa local e de todos os servidores da Segurança Pública, policiais militares que estão presente.

Quero dizer que é com muito respeito que recebemos todos os senhores e senhoras neste Auditório da Assembleia Legislativa para esta Audiência Pública.

Em nome do Presidente da Assembleia Legislativa, ficamos bastante honrados e sejam todos e todas bem-vindos.

Quero dizer, Dr. Adriano e a todos que estão presentes, como profissional da Segurança Pública – eu sou, com muito orgulho, investigador de polícia, atuei durante oito anos, no momento estou afastado para a atividade parlamentar, mas trabalhei no Município de Pontes e Lacerda, Região Oeste do Estado de Mato Grosso, fronteira com a Bolívia...

Os temas principais que debateremos aqui, foram assuntos que, como profissional, vivenciei. Temos a oportunidade de discuti-los no Poder Legislativo, juntamente com o Governo do Estado e os sindicatos. São temas que presenciei na minha atividade policial e, depois, foi um pedido dos sindicatos, que também passaram essa preocupação, foi aí que surgiu a necessidade, que surgiu a ideia de debatermos esses dois temas: o tempo de custódia de presos em delegacias e a falta de estabelecimento para abrigar adolescentes infratores.

Esses são problemas que nós temos e não estamos aqui, vamos dizer assim, para jogar pedra em ninguém, para culpar ninguém. Queremos buscar, através de uma força tarefa, de diálogo, um encaminhamento para minimizarmos essas duas problemáticas no Estado de Mato Grosso.

Nós sabemos que não é fácil, mas os problemas da segurança – temos vários problemas que deveríamos debater, esses são apenas dois – não se resolverão se não dialogarmos, se não conversarmos, se não nos colocarmos à mesa para discutirmos juntos, porque são problemas que dependem de várias pastas, de várias pessoas, dependem de vários segmentos, vamos dizer assim. Se não for assim, dificilmente conseguiremos minimizar esses problemas.

Então, é por isso que estamos aqui em Audiência Pública para dialogarmos, conversarmos e buscarmos um encaminhamento, buscarmos um caminho, uma diretriz de trabalho. Algumas já estão sendo trabalhadas, mas é tão importante a Audiência Pública para que isso seja socializado e também para ver de que maneira podemos contribuir.

Quando trabalhava como policial civil em Pontes e Lacerda, nos meus plantões – em relação ao tempo de preso de custódia – muitas vezes, além da prática comum dos familiares trazerem alimentos para os presos, por exemplo, eu já comprei alimentos para eles porque o Sistema Prisional, no caso, cuida da unidade, do centro. E os presos que estão na delegacia que, às vezes - como será colocado pelo sindicato também - extrapolam o tempo ali, ficam sem ter condições de fazer esse atendimento.

São várias questões com relação ao tempo de custódia nas delegacias. É um problema que só os profissionais vivenciam, que sentem. A sociedade, em si, não consegue enxergar isso, mas é uma questão que os profissionais sentem muito. É uma reclamação constante dos profissionais da segurança pública essa situação.

Também, com relação à falta de estabelecimento para abrigar adolescentes infratores, nós sabemos que já tem um encaminhamento por parte do Governo do Estado. Mas até agora não fizemos uma Audiência Pública para, aqui na Casa, debatermos esse assunto.

A forma como o Governador Pedro Taques trabalha na base, de fazer um real do dinheiro público ser o mesmo um real do dinheiro privado, e a forma do combate à corrupção, a forma da economia do dinheiro público, isso refletiu também nos outros órgãos, como foi o caso da Assembleia Legislativa, onde a Mesa Diretora e os Deputados, nós repassamos 20 milhões de reais para o Governo, exemplo do que Governo está fazendo, para comprar ambulâncias, e serão repassados mais 30 milhões de reais agora neste semestre. E foi comunicado pelo Tribunal de Justiça

o repasse de 20 milhões de reais para que o Governo comece esse projeto de construção de estabelecimentos para abrigar adolescentes infratores.

Nós teremos a oportunidade de discutir de maneira mais aprofundada os problemas que temos. Por exemplo: várias vezes, Doutor, no plantão, adolescentes que já tinham passagem por furtos, roubos à mão armada, também furtos e roubos de moto, que já tinham uns dez inquéritos policiais, uns quinze boletins de ocorrência, são presos, é feito o procedimento, e ele sai da delegacia falando que à noite voltaria a efetuar o roubo ou o furto, e de fato fazia, no outro dia estava na delegacia novamente. Isso é uma realidade.

Eu falo com propriedade, com conhecimento de causa, pela falta de local. Mas os locais não podem ser, quando falamos de menor, um local que não tenha a mínima possibilidade de trabalharmos com eles. Um trabalho social, um trabalho educacional, um trabalho recreativo... Talvez, ele possa ter ali o que não teve em casa, no bairro, na sociedade em que mora. Para que ele possa ter, através da convivência, a oportunidade de repensar sobre a sua vida. Não podemos, apenas, ter um caixotão para despejarmos esses menores.

Foi movido por esse sentimento, por essa experiência, Delegados e autoridades presentes, que convocamos esta Audiência Pública.

Quero agradecer a todos os Deputados que aprovaram esta Audiência Pública, para que possamos hoje iniciar esta discussão, fazermos os encaminhamentos, que de maneira conjunta possamos minimizar essa problemática no Estado de Mato Grosso.

Não tenho dúvida, da parte da Assembleia Legislativa e de todos nós que estamos aqui, que não faltarão esforços para enfrentarmos e encararmos essa problemática, para buscarmos uma solução em curto, em médio e em longo prazo. É nessa linha que gostaria de fazer a minha fala e abrir a Audiência Pública.

Caso haja interesse de alguém da plateia em interpelar o palestrante, poderá fazê-lo com prévia inscrição com o Cerimonial, estritamente sobre o assunto, e o interpelado terá três minutos para a resposta. O Cerimonial da Assembleia Legislativa está à disposição, conforme as falas das autoridades que estão na mesa.

Por ser uma Audiência Pública, todos debateremos, todos os senhores e senhoras terão a oportunidade de fazer a sua colocação, de expor o seu ponto de vista, as suas sugestões, a sua crítica e o seu encaminhamento, para, do produto que sair desta Audiência Pública, buscarmos uma solução para esses temas.

Os integrantes da mesa dispõem de 15 minutos para as suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Convido o Dr. Adriano Peralta Moraes, Delegado-Geral da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, a proferir as suas palavras.

O SR. ADRIANO PERALTA MORAES – Boa tarde Deputado Wancley Carvalho, senhoras e senhores, autoridades presentes, colegas, servidores públicos, membros da Polícia Judiciária Civil, do Sistema Prisional, autoridades sindicais, imprensa e todos os demais presentes.

Deputado Wancley Carvalho, é uma honra estar nesta Audiência Pública, requerida por Vossa Excelência, que tão bem conhece esse tema e muito bem explicitou o que acontece todos os dias, mas só quem está ali na lida, naquele problema é que está sentindo o que acontece.

Um dos grandes problemas vivenciados é esse, realmente, a Polícia Judiciária Civil em várias partes do Estado tem que cuidar de reeducandos. Temos recebido uma leva de reclamações. Só aqui tenho várias de todo o Estado, e o Deputado Wancley Carvalho como

representante dos policiais civis do Estado, com certeza, também recebeu várias dessas reclamações.

Esse é um problema sério e nós sabemos quem são os culpados. Os culpados foram aqueles que passaram por anos e anos e não fizeram os investimentos. Então, não é uma situação criada agora. São situações que vieram de anos e anos, além da falta de investimentos. O atual Governo tem feito o possível, e acredito que resolverá o problema, mas isso leva tempo, com certeza. E nós precisamos saber o que vamos fazer até conseguir solucionar esse problema. Nós temos situações graves, por exemplo, em Vila Rica, de onde os presos são transferidos para Água Boa.

Temos problemas em Tapurah... Em Guarantã do Norte, onde eu estive há cerca de 60, 70 dias, havia 17 presos dentro da Delegacia, que mal tem duas celas. E um dos delegados que mais trabalham no Estado. Ele será até premiado como uma das maiores produtividades do Estado, com um monte de pedidos de prisão, tudo parado, sem poder prender ninguém, porque os presos de Guarantã do Norte vão para a Comarca de Peixoto de Azevedo, que está interditada.

Uma situação gravíssima, ainda bem que o Prefeito estava bem sensível, pagava a alimentação desses presos, mas não tem estrutura, e são situações difíceis de resolver. Nós também não podemos cobrar do Sistema Prisional uma solução do dia para a noite, porque cadeia não se constrói num piscar de olhos, necessita de investimento, necessita de orçamento, de processo licitatório, que são demorados. Esses problemas deveriam ter sido resolvidos ao longo dos anos.

A situação de Sapezal, por exemplo, é igualmente grave. Os policiais de lá tiram dinheiro do próprio bolso para pagar comida para preso; Brasnorte igualmente, Nova Ubiratã, Tapurah, chegou até ao conhecimento do nosso amigo Cledison, os policiais de lá fizeram uma representação que está aqui, chegou por meio do sindicato, que fez a representação. São situações que se agravam em todo o Estado.

Além disso, a segunda pauta da nossa Audiência Pública, que é a questão dos adolescentes infratores, a falta de locais para abrigá-los. Às vezes, temos colegas que discutem com o juiz, com o promotor, mas eles também não têm locais para abrigar os adolescentes infratores. Muitas vezes acabam soltando porque não tem local específico para abrigá-los. Especialmente no interior do Estado, onde essa situação é gravíssima.

Aí quando o adolescente comete aqueles crimes, roubo... Até roubo acaba soltando, porque não tem local para abrigá-los. Quando é uma coisa muito mais grave, um latrocínio, um estupro seguido de morte, um homicídio, nesses casos decreta-se a internação; mas decreta-se a internação e não tem local para ficar. Fica onde? Fica na delegacia, e o policial que não tem a competência, não tem a habilidade, não tem o tempo para cuidar – ele está ali, tem que sair com viatura para cumprir intimações, fazer as ordens de serviços e tal –, fica cuidando de adolescentes.

Deparamos até com outras situações, por exemplo, às vezes tem cela, tem locais para adolescentes, mas não tem para adolescentes do sexo feminino. É outro problema seriíssimo. Você precisa de cela para homem, cela para mulher, cela para adolescentes do sexo masculino e cela para adolescentes do sexo feminino, deparamos com isso também e não temos onde colocar, às vezes levamos para a cadeia, para instituições a 500, 600 quilômetros de distância; e o policial tem que ir, muitas vezes não tem diária, não tem...

Em Várzea Grande – parece-me que hoje saiu uma matéria no jornal –, até uns 90 dias atrás, era um problema seriíssimo, pois Cuiabá não recebia preso de Várzea Grande, porque já estava com a lotação comprometida.

Era comum até os diretores de plantão, nos finais de semana... Prende-se e o número de prisões no Estado aumentou muito neste ano, apreendeu bem mais, a Polícia Civil fez 23% a mais de inquérito neste ano. A polícia está trabalhando demais, não só a Polícia Civil, mas a Polícia Militar também. Prende e põe onde? Aí chegava-se lá em Várzea Grande lotado o plantão, mais gente para ser autuado e não tem como levar, porque o presídio local está interditado e Cuiabá não recebe os presos.

Parece-me que essa situação amenizou-se, espero que assim continue. O Dr. Wladimir Fransosi da Regional de Várzea Grande pode falar melhor a respeito disso.

São essas as problemáticas e os policiais acabam reclamando dessa situação, isso tem chegado constantemente às diretorias, tem chegado ao sindicato; e que bom que o Deputado, sensível a isso, traz isso aos órgãos de Estado para ver se consegue uma solução, que eu repito, os grandes culpados são aqueles que passaram por governos e governos passados e não fizeram investimentos necessários. E agora o Governo tem que correr, de uma maneira atropelada, para resolver problemas que não foram resolvidos ao longo de décadas.

E a segurança pública é uma corrente, não adianta ter uma polícia que trabalha bem, ter um judiciário que trabalha bem, ter uma polícia militar, o Ministério Público, um Sistema Prisional, mas se faltar uma coisa, falta tudo. Se faltar um elo da corrente, se o elo da corrente estiver quebrado, quebrou tudo. Se você não tiver um local, por exemplo, para abrigar adolescentes infratores automaticamente, não adianta... Autua, solta, ele volta a cometer o delito, a sociedade se revolta com aquilo, a imprensa – com toda razão – cobra de nós e ninguém consegue resolver o problema. Então, são essas as minhas considerações iniciais. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Convido para fazer uso da palavra, por 15 minutos, o Senhor Cledison Gonçalves da Silva, Investigador de Polícia e Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Mato Grosso.

O SR. CLEDISON GONÇALVES DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Wancley Carvalho, parabenizá-lo pela iniciativa, Deputado, e pedir a Vossa Excelência que provoque outras Audiências Públicas para que possamos debater sobre a Polícia Civil e também sobre as questões das nossas fronteiras. São assuntos de que a sociedade tem que participar ativamente. Acho que a questão da criminalidade em nosso Estado está ligada diretamente a esses pontos, que são importantes.

Eu estive recentemente em várias regionais de Mato Grosso, nós estamos realizando fóruns no Estado, e tenho recebido muitas reclamações em relação a essas questões que dizem respeito a presos em delegacias.

E por meio desses pontos, podemos constatar a deficiência no trabalho do policial, que além de prender, tem que cuidar e, muitas vezes, tem que comprar alimento para os presos, porque eles ficam sob responsabilidade da delegacia e não podemos deixá-los sem alimentação. Então, o investigador acaba sendo obrigado a fazer cota todos os plantões para comprar alimentos para esses presos.

Eu vejo, conforme o Dr. Adriano Peralta Moraes disse aqui, que esse não é um problema que se instalou agora na estrutura da polícia, é um problema que vem perdurando há vários governos, desde que eu ingressei na polícia, há quase 27 anos, testemunho esses problemas, e até hoje não mudou, por quê? Porque nenhum Governo que por aqui passou priorizou a segurança pública, ela não foi prioridade em nenhum Governo.

Nós esperamos que agora, no Governo Pedro Taques, esses problemas sejam realmente resolvidos; além das péssimas condições de estrutura física das delegacias, temos

problemas como esse. Problema com presos em delegacias, as celas não são locais para se colocar nem cachorro, não servem nem como canil, como é o caso de Guarantã do Norte. São locais horríveis, e ficam ali 10, 15, 20 pessoas por 15, 20, 30 dias.

O juiz de Peixoto de Azevedo baixou uma portaria em que só receberá um preso, se outro for colocado em liberdade na cadeia pública em Peixoto de Azevedo.

O local onde seria construída a cadeia de Peixoto de Azevedo, uma nova cadeia, ficou só no alicerce, só na base. Não sei se houve recurso destinado para este fim. Se houve, deve ter sumido, assim como sumiu o do VLT em Cuiabá. Então, segurança pública há décadas segue tratada desta forma.

Eu provoquei aqui o Deputado para que façamos novas Audiências Públicas, porque sabemos que o problema do preso na delegacia é um problema final. Eu vejo que segurança pública tem que ser discutida de duas formas: ou preventiva ou repressiva. Eu defendo ainda que seja feito um trabalho preventivo, que o Governo realmente dê assistência, faça o seu papel de Governo, que não deixe o menor ir para o crime, porque depois que o menor vai para o crime, aí é que aparece o Estado para mandá-lo para as fazendinhas da vida, e muitas vezes nem tem fazendinha para mandar. Colocam em liberdade, eles reincidem no crime, até que pegam 18 anos e vão para os presídios.

Acho que tem que haver o trabalho preventivo. Onde começa esse trabalho preventivo? Nas creches. Os prefeitos dão vaga às mães que precisam ou àquelas famílias que verdadeiramente precisam.

Não tem educação, não tem compromisso com a educação em tempo integral; e nós, policiais, teremos que punir esses menores no futuro com a prisão, apreendendo-os, e o Judiciário mantendo-os encarcerados.

Acho que o Governo tem a oportunidade de começar um trabalho preventivo, para não termos o problema que temos hoje.

Temos 6.000 vagas em nossos presídios e cadeias, e mais de 11.000 presos, e temos mais de 15.000 mandados de prisão para serem cumpridos.

Costumo brincar que a segurança pública em Mato Grosso é gerenciada para não funcionar, porque se ela funcionar, nós vamos prender; se prendermos, não teremos onde colocar, que é o problema que estamos discutindo hoje.

Os presídios de Cuiabá estão interditados. Então, o problema começa a se agravar. Não é só problema do interior, conforme o Dr. Adriano colocou aqui. Também passa a ser problema da Capital. E aí, como vamos resolver esse problema? Não se constrói cadeias do dia para noite.

Tenho recebido reclamações de policiais que trabalham no Centro Integrado de Segurança e Cidadania - CISC, que quando fazem flagrante de mulher grávida não tem para onde mandar, não estavam recebendo no presídio feminino mulheres gestantes.

São problemas que o governo tem que encarar. Já que tem quase um ano de governo, o Governador Pedro Taques tem que mostrar a que veio.

Falei para o Secretário de Estado de Segurança Pública há poucos dias – até achei que ele estaria hoje aqui – que nós temos que partir para a prática, chega de teoria, está na hora de fazer a máquina, verdadeiramente, funcionar.

Vamos construir presídios? Vamos construir! São obras emergenciais. Não podemos protelar. Como é o caso de Peixoto de Azevedo. Como resolverá o problema de Peixoto de Azevedo, Matupá, Guarantã do Norte, Tapurah?

A Penitenciária Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira – Ferrugem não está aceitando presos, em Sinop, aí tem que segurar esses presos lá; Sorriso está interditado, tem que segurar em Tapurah. E aí, responsabilidade dos policiais. Enquanto os policiais cuidam dos presos, outros ladrões estão entrando no pátio da delegacia e depenando as motos, roubando outros objetos da delegacia. É um absurdo!

Acho que está na hora de nós, verdadeiramente, enfrentarmos os problemas da segurança pública; darmos condições de trabalho ao policial. O policial além de não receber o alimento no plantão, que é um direito dele, tem que tirar dinheiro do bolso para comprar comida para preso.

Isso é a falência total do sistema. O Governo tem que rever o sistema, se realmente quisermos fazer um trabalho diferente e mudarmos a realidade da segurança pública.

É preciso fazer um trabalho preventivo, conforme colocarmos. Se não fecharmos as nossas fronteiras, nós estamos enxugando gelo! Nós temos mais de mil quilômetros abertos de fronteira com a Bolívia e não tem fiscalização nenhuma!

Não adianta o Governo de São Paulo falar que tirou os viciados da cracolândia da vida, que ele está perdendo tempo. Ele vai tirar 5.000, amanhã tem 10.000, o problema está aqui em Mato Grosso, na fronteira. Acho que isso serve de alerta, Deputado, e o senhor está de parabéns por provocar esta discussão.

O Secretário de Segurança Pública e o Governador têm que começar uma campanha em nível nacional para realmente fecharmos as nossas fronteiras, policiá-las de forma que não fique aberta para o tráfico; e aí sim daremos o primeiro passo para mudarmos essa triste realidade que vivemos hoje no nosso Estado, onde todo tipo de crime só aumenta.

Nunca vi tanto homicídio em Cuiabá e Várzea Grande. Eu vi um anúncio de que diminuíram os homicídios em Cuiabá, mas é porque migraram para Várzea Grande, nunca se matou tanto como se mata hoje em Várzea Grande.

Acho que é o momento de repensarmos a segurança pública, a Polícia Civil, o Sistema Prisional e, conforme colocamos, não tem como nós fazermos um trabalho eficiente na polícia, tanto civil como militar, se não olharmos para o Sistema Prisional. Do que adianta prendermos, se não tivermos onde colocá-los?

Então, essa é a mensagem que eu quero passar em nome do sindicato e sempre cobrar a valorização dos profissionais que fazem a segurança pública. Não tem como ter segurança pública eficiente sem valorizarmos os profissionais da segurança pública. Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Convido para fazer a sua fala o Sr. João Batista Pereira de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DE SOUZA – Boa tarde a todas e todos. Cumprimento a mesa, o Deputado Wancley Carvalho, e quero parabenizá-lo pela iniciativa e aproveitar publicamente para agradecer todo o apoio que nos tem dado, já estivemos aqui na Assembleia Legislativa algumas vezes, como eu sempre falo, buscando socorro para o Sistema Penitenciário.

Tenho 11 anos de Sistema Penitenciário, passei no concurso em 2003, assumi em 2004, e tive a grata satisfação de ter o Dr. Waldir Françoise também como o nosso instrutor e grande incentivador dos servidores penitenciários.

Lembro, naquela época, na Academia de Polícia Judiciária Civil - ACADEPOL, onde podíamos fazer mais do que apenas aquela função de carcereiro, que fazíamos na época.

Eu sempre tive essa ideia de que a nossa mão de obra sempre foi muito subutilizada. Nós servíamos, naquela época, apenas para abrir e fechar cadeado, fazer aquela conduçãozinha de preso. Hoje não, nós crescemos, nos fortalecemos.

Tive o prazer de participar com o Cledison no Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso, onde fizemos um acordo de que estaríamos criando o sindicato para os servidores penitenciários e seguir carreira solo. E com esse sindicato nós viemos com uma mentalidade diferente, de que o Sistema Penitenciário é independente e não pode ser considerado apenas um apêndice de qualquer outra instituição.

E tem uma função muito importante, que é exatamente a de fiscalização da execução da pena. Nós realmente fechamos esse elo da segurança pública, embora muitos não concordem que façamos parte, e na Constituição não fazemos, da Segurança Pública, mas somos parte muito importante da Segurança Pública, porque essas pessoas que são investigadas, presas, julgadas, condenadas e sentenciadas vão para o Sistema Penitenciário. Então, é lá que se trabalha o indivíduo para ser reinserido na sociedade. E somos nós que trabalhamos com esse pessoal.

Até falei agora, rapidinho, com o Deputado Wancley Carvalho, só para lembrar que o sindicato é do servidor penitenciário e não só do agente penitenciário, porque o nosso trabalho não é apenas de custódia do preso. O nosso objetivo no Sistema Penitenciário não é apenas de custodiar o preso. Se fosse apenas para guardar o preso naquele local, o número de efetivo de agente penitenciário que nós temos hoje seria suficiente. Para fazer a segurança da unidade prisional é suficiente - nós temos 2.500 agentes penitenciários no Estado -, mas não é só isso que fazemos.

A Cíntia Nara Selhorst Barbosa, Presidente da Fundação Nova Chance, tem um papel importante na questão da reinserção do preso na sociedade. E para que haja esse trabalho com o preso, seja no fechado ou no aberto, precisa de uma coisa muito importante chamada fiscalização.

Eu costumo dizer que quando o Estado concede uma habilitação para o cidadão, ele concede o direito de dirigir, mas coloca um grupo de fiscais para acompanhar se ele está dirigindo certinho. Já, infelizmente, o Sistema Penitenciário coloca presos aqui fora para trabalhar, como está acontecendo com o monitoramento eletrônico, mas não temos o fiscal.

Então, nós colocamos o preso para cumprir uma pena no regime aberto monitorado e não temos o fiscal. Como falta efetivo, falta também a questão das vagas. Ao longo desses 11 anos o discurso que mais ouvi foi: não devemos investir na política de construção de vagas, temos que investir na educação...

Não se investiu a contento na educação, não se investiu na abertura de vagas, aumentou a população de Mato Grosso, aumentou a população carcerária e não aumentou na mesma proporção o número de vagas nas unidades prisionais.

Outra cobrança que fazemos em relação ao Sistema Penitenciário, não só abrir vagas, é construir unidades com local adequado para preparar o indivíduo para ser reinserido. As unidades prisionais que temos hoje no Estado, muitas delas, inclusive, são adaptações de antigas delegacias.

Por exemplo, o caso de Nova Xavantina, onde existe, ou melhor, agora ficou escondido, ainda tinha parede de adobe e foi construída naquele espaço uma celazinha, que era da delegacia. O Sistema Penitenciário saiu da Polícia Civil, naquela época ainda era da Polícia Civil, botou um agente penitenciário para tomar conta dos presos, pronto! Aqui é o Sistema Penitenciário! E foram fazendo pequenas adaptações, pequenos puxadinhos.

Hoje para se construir com recurso do Governo Federal tem que atender as orientações do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. E suas diretrizes

dizem que as unidades prisionais têm que ter espaço adequado para garantir saúde, educação e trabalho para o preso. Só que, infelizmente, o grande problema com relação à construção dessas unidades é que não conseguimos gestores com capacidade para executar esses recursos.

Nos quatro Centros de Detenção Provisória - CDP: Peixoto de Azevedo, Juína, Pontes e Lacerda e Tangará da Serra, os primeiros convênios realizados datavam de 2007, em 2009 foi inaugurado o CDP de Tangará de Serra, se não me engano; em 2011 foi inaugurado Pontes e Lacerda; agora recentemente Juína; e o de Peixoto de Azevedo até hoje não saiu da base.

A penitenciária de Várzea Grande, para 1.008 vagas... O primeiro convênio data de 2008 para construção dessa unidade. A informação que nós temos é que o recurso está liberado na Caixa Econômica Federal, a empresa já ganhou a licitação desde novembro do ano passado, estava barrado apenas na realização da terraplanagem, que não foi prevista no projeto.

E estive em Várzea Grande conhecendo a área onde será construída a penitenciária, não é um terreno acidentado. Como fiquei sabendo que o pessoal da engenharia da Secretaria visitaria o terreno, aproveitei e fui dar uma olhada também. O terreno é plano. Recentemente, inclusive, o Dr. Luiz Fabrício Vieira Neto, atualmente interino como Secretário Adjunto de Administração Penitenciária, em reunião com a Prefeita de Várzea Grande conseguiu que a Prefeitura realize essa terraplanagem para construção da penitenciária.

Nós sabemos que essas 1.008 vagas logo se transformarão em 2.500 presos lá dentro, assim como é a Penitenciária Central, que tem 859 vagas com 2.040 presos - uma taxa de ocupação de quase 200% a mais.

Outro discurso que nos acostumamos a ouvir dos gestores é que esse não é um problema de Mato Grosso, é um problema do Brasil. Tudo bem! Só que nós estamos aqui para resolver o problema de Mato Grosso. A nossa função é resolver o problema de Mato Grosso. E eu, como Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso, não cobrarei dos outros Estados, eu cobrarei do Estado Mato Grosso.

Então, desde o início temos alguns encontros com o Deputado Wancley Carvalho, colocando a nossa situação, a dificuldade por que passamos, vimos alertando há algum tempo. Quando sai uma medida alternativa à prisão, os gestores já crescem os olhos: “Vamos esvaziar os presídios”. Isso aconteceu com a lei das penas alternativas, isso aconteceu com o monitoramento eletrônico e está acontecendo agora com as audiências de custódia.

No início das audiências de custódia, como aconteceu em São Paulo e em outros Estados, você reduz realmente o número de pessoas que vão para a audiência e que vão para o presídio. Nós temos dados que 65% dos que vão para audiência de custódia, vão para a rua. Esse número reduzirá, como reduziu em São Paulo e em outros Estados. Esses 65% que estão saindo, voltarão novamente. Vão ser eles, e o juiz não concederá a eles novamente a liberdade. Então, vai continuar aumentando.

Quando construírem a penitenciária de Várzea Grande, de início vai desafogar um pouquinho a Penitenciária Central do Estado - PCE, o Centro de Ressocialização da Capital - CRC, Capão. Durante dois anos vamos ter uma tranquilidadezinha e logo aumentará novamente. Se continuar nesse ritmo de construção de vagas, e com unidades adequadas para trabalharmos o preso, para garantir educação, saúde e trabalho, não vai adiantar. Esse círculo vicioso vai continuar.

Semana passada, coloquei no meu perfil no *facebook* um desabafo - para mim, foi um desabafo. Em 2004, quando tomei posse, fui trabalhar no Sistema Socioeducativo, trabalhei lá durante 3 anos, lá acompanhei vários adolescentes. Depois de 3 anos, fui trabalhar no Pascoal

Ramos, no meu primeiro plantão na Penitenciária Central, abrindo uma tranca, parecia que eu estava em casa, aquele monte de ex-adolescentes: "Oi, João Batista!" (RISOS)

Pessoas que eu imaginei que tinham ido para a rua – eu não gosto dessa palavra ressocialização –, que pelo menos tinham enveredado por outro caminho, estavam todos na Penitenciária Central! Fora os que morreram.

Então, para nós, é muito revoltante ver que o jovem que há dez anos – eu estava no Centro Socioeducativo de Cuiabá-MT - Complexo Pomeri –, estava lá dentro e hoje está no Pascoal Ramos! E esse jovem que coloquei no meu perfil, inclusive, chegou uma vez no meu plantão, na Penitenciária Central do Estado, baleado, com a barriga aberta de cima a baixo, não morreu. Naquela época, eu pensei que agora ele aprenderia. Isso foi há 6 anos, e ele continua no crime. Por quê? Porque, eu acredito, não fizeram o trabalho de casa.

Há 11 anos, quando eu entrei, diziam aquele mesmo discurso de que não devemos abrir vagas, devemos investir na educação. Eu nunca vi um discurso tão atual como esse.

Um dia desses aqui na Assembleia Legislativa teve uma Audiência Pública, e eu ouvi o Dr. Marcos Machado dar uma lavada na nossa gestão. Ele deixou bem claro que as políticas não são criadas, não são políticas do Governo "a", do gestor "a" ou do gestor "b", elas são políticas de Estado.

Em 2009, foi criado um plano chamado Plano de Modernização do Sistema Penitenciário 2010/2021. Duvido que na Secretaria de Justiça tenham muitos que conhecem esse plano. E duvido que o Secretário já tenha lido. Na última reunião que tivemos, inclusive, falei sobre o plano, que ele pediu que procurasse e entregasse para ele.

Esse plano resultou na assinatura de um termo de cooperação entre Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Governo do Estado, assinaram ali diversas metas a serem cumpridas. Poucas dessas metas foram cumpridas.

Então, aquele plano não foi de um Governo que passou. Foi um plano realizado pelo Estado. E tinha que dar continuidade a esse plano. Se dessem continuidade às metas existentes nele, não estaríamos passando pelo sufoco que passamos hoje.

E como bem falou o Dr. Adriano Peralta Moraes, isso é um círculo que não se fecha. Não adianta a polícia civil investigar tanto... Aliás, eu fico pensando no desgosto de um policial civil que passa dias fazendo campana para prender um indivíduo, que depois vai embora primeiro que ele da delegacia. Isso é desanimador.

Então, de que adianta um policial civil investigar, a polícia militar prender, o promotor acusar, o defensor defender, o juiz sentenciar, mandar para o presídio, e eu só posso fazer lá uma coisa: manter o indivíduo na tranca, enquanto ele não ganha o direito de ir para a rua novamente. Só isso. Isso quando nós temos vaga para colocar.

Eu, particularmente, já vi vários vídeos nas redes sociais de delegados desabafando. Nós vimos, se não me engano de Colíder, o delegado desabafando que não aguentava mais prender e depois colocar nas ruas. E os adolescentes principalmente, não tem bicho mais abusado do que o tal do adolescente, dão risada na cara do próprio delegado - "O senhor vai me prender, mas eu vou para a rua" -, porque sabe que não tem onde colocá-lo.

Em Sinop, fizeram um puxadinho na lateral da cadeia feminina. Eu, particularmente, acho aquilo uma aberração. Mas foi um puxadinho que fizeram para resolver um problema de imediato.

Eu acho que já está na hora realmente. Como disse o Sr. Cledison, nós já estamos no nono mês de Governo. Já está na hora de - como dizia aquele personagem de novela, tem que

começar a sair do *abstratismo* e entrar no *concretismo* – acabar com esse negócio de discursos de que isso é um problema de décadas. Nós sabemos que é um problema de décadas, mas chegou a hora de enfrentarmos o problema.

Essa unidade de Várzea Grande, a partir de amanhã mesmo já dava para ir lá ver o terreno, procurar com a Prefeitura de Várzea Grande quando realmente encerrará essa terraplanagem, para nós começarmos a obra.

Eu tenho certeza de que a empresa que ganhou a licitação quer receber. A informação que nós temos é que os 28 milhões de reais – se não me engano são 28 milhões – estão na conta da Caixa Econômica Federal, estão liberados, e a empresa quer receber, quer trabalhar.

Então, está faltando o que para isso acontecer? Não estou tirando toda a responsabilidade dos governos, dos gestores passados e jogando no atual, não. Estou falando que quem casa com a viúva vai ter que levar o enteado junto. Não tem alternativa!

A nossa cobrança é... A função do sindicato é provocar, a nossa função é fiscalizar, sim. O Governo goste, o gestor goste ou não goste, a nossa função é principalmente...

Eu represento uma classe de servidores que é considerada a segunda mais perigosa e a segunda mais estressante do mundo. Pode levantar que 10% do nosso efetivo estão afastados, hoje, com problemas de saúde em decorrência da pressão psicológica, das ameaças de mortes. E tudo isso em decorrência da superlotação, da falta de comprometimento e da falta de investimento do Sistema Penitenciário.

Então, senhores, o Sistema Penitenciário é solidário à situação da Polícia Civil, da Polícia Militar, da situação precária que os senhores passam, principalmente no interior; mas, infelizmente, estamos na mesma situação que os senhores.

Desculpem-me o trocadilho, mas está escapando preso pelo ladrão, porque não tem mais onde colocar preso.

Na terça-feira passada, o nosso Secretário-Geral Ademir da Mata e eu fomos auxiliar na tranca da Penitenciária Central, porque tinham seis agentes penitenciários no grupo de contenção, no time tático, para fazer uma tranca de 2.000 presos naquele dia. Na unidade tem 52 agentes penitenciários por plantão. Retirem aqueles que estão de atestado médico, aqueles que têm licença-prêmio, que têm férias regulares, que têm direito às folgas regulares e a distribuição de vários postos de trabalho...

Cresceu! A nossa categoria cresceu bastante. Nós abarcamos a função armada, diga-se de passagem, foi uma luta da própria categoria. À época o Secretário Adjunto era o Coronel Zaqueu, inclusive tivemos várias reuniões. A nossa mão de obra está subutilizada, nós garantimos, nós damos conta da segurança das unidades. E estamos dando!

Nós reduzimos a quantidade de fugas, não tem rebeliões, não tem motins. Só que estamos pagando um preço muito alto, os senhores podem acreditar. Temos muitos agentes penitenciários com problemas seriíssimos, tivemos casos de suicídio, alcoolismo, muita gente se separando porque está levando para dentro de casa toda angústia de uma unidade prisional.

O que acontece na PCE, por exemplo, com os nossos servidores é desumano! É desumano! E eu senti na pele, terça-feira – não é pelo fato de estar no sindicato, eu acompanho de perto –, e ontem à noite nós fomos, hoje à noite estaremos lá novamente, até sexta-feira, nós temos esse compromisso de acompanhar a tranca...

E melhorou bastante, antigamente demorávamos duas horas para fazer uma tranca, a comida tinha que chegar às 15h30min, para começarmos às 16h, e assim às 18h terminar a tranca.

A direção conseguiu doutrinar os presos naquela unidade. Em 20min o time tático conseguiu trancar os quatro raios da carceragem central, ou seja, os presos ao invés de ir para a tranca às 16h, eles estão indo praticamente às 18h.

Melhorou para o preso? Melhorou! Melhorou muito para o preso, o preso está ficando mais tempo, pelo menos, ali na ala. Mas está piorando para nós, estamos adoecendo, estamos precisando urgentemente de efetivo, estamos precisando urgentemente de aumento de vagas.

E uma informação maravilhosa que nós tivemos esta semana – duas, aliás –, contamos com a sabedoria do Dr. Geraldo Fidélis para interditar as unidades, como forma de tirar os gestores da zona de conforto e fazer com que essas unidades saiam do papel, é uma delas. E a outra é a grata satisfação de saber que o Supremo Tribunal Federal - STF determinou que o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen não pode ser contingenciado, porque se contingencia e não pode construir essas unidades, esses criminosos, esses 15.000 mandatos de prisão em aberto aqui no Estado de Mato Grosso continuarão na rua.

E hoje o Brasil só não tem um milhão de pessoas presas, exatamente, porque não cumprem os 260.000 mandados de prisão em aberto, e ainda tem mais 240.000 presos em prisão domiciliar.

Imagina se não tivesse as penas alternativas, medidas alternativas de prisão domiciliar, de não cumprimento de mandatos, nós ultrapassaríamos a marca de um milhão de pessoas presas no Brasil.

E não sou eu que estou falando não! Saiu agora, recente, o relatório final da CPI carcerária 2015, nós o temos no sindicato, só não temos os de 75 e 76, mas de 2013, que passou por Mato Grosso, e de 2015 nós temos os relatórios. Estou quase no finalzinho da leitura de todos os dados. Muitos dados importantes para que os nossos gestores criem políticas de melhoria para o Sistema Penitenciário.

Então, era essa a nossa cobrança aqui, Deputado. Para encerrar a minha fala, parabenizo-o pelo chamamento para trazer essas instituições, porque o sofrimento da Polícia Civil é nosso também.

Em Aripuanã, nós estamos com mais de cinquenta presos na unidade com dois agentes de plantão. Desses dois agentes, se um precisar sair para levar um preso ao fórum para garantir o direito do preso de ser ouvido, vai ficar um agente penitenciário, que vai ter que mover preso para falar com advogado, com oficial de justiça que chegar.

Teria que tirar preso para trabalhar e tem que tirar preso para sala de aula. Vinte presos deviam sair para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego - PRONATEC, mas lá os presos não podem estudar, não podem sair para o PRONATEC. Quem vai fiscalizar esses presos intramuros? Não tem efetivo. De que adianta vir a Fundação Nova Chance, a Superintendência, seja lá quem for, e conseguir curso para preso, conseguir fazer parceria para preso trabalhar, se nós não temos pessoal para fiscalizar esses presos? Não tem material humano para fiscalizar esses presos.

Então, para nós, as duas lutas emergenciais são: efetivo e abertura de vaga, com unidades adequadas para colocar preso para trabalhar e estudar.

Agradeço pelo tempo, Deputado, e parabéns novamente pelo chamamento. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Muito obrigado, Presidente, e essa sua última fala com relação a ficar apenas um agente penitenciário cuidando de 50 presos, posso dizer que conheço isso, porque já fui agente prisional também, para quem não sabe.

No primeiro concurso que passei em 2004, trabalhei na unidade de Jauru, fui agente prisional. Já aumentou o efetivo, mas na época era um agente por plantão, e nós cuidávamos dessa média de presos também. Então, essa realidade, além da realidade da Polícia Civil, do Sistema Prisional, nós também sentimos.

Quero reforçar aos presentes, aos convidados, a todos os que estão aqui, que caso queiram fazer pergunta, sugestão, crítica, encaminhamento, está aberta para vocês fazerem a inscrição, ninguém se inscreveu ainda.

Convido para fazer uso da palavra o Dr. Luiz Fabrício Vieira Neto, Secretário Adjunto de Justiça da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH.

O SR. LUIZ FABRÍCIO VIEIRA NETO – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Wancley Carvalho, o Dr. Adriano Peralta Moraes, Delegado-Geral da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso e dos representantes sindicais aqui da Polícia Civil, do Sistema Penitenciário e do Sistema Socioeducativo.

Primeiramente, gostaria de esclarecer que sou Secretário Adjunto de Justiça, responsável pelo Sistema Socioeducativo e estou acumulando a Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária, por isso falarei sobre os dois temas.

Estou interino há quinze dias, me deparei com muitas dificuldades, como já foi relatado, e enfrentei a maior parte delas na medida da possibilidade do tempo e até mesmo do poder delegado a mim enquanto interino.

É importante lembrar que o ciclo da segurança pública não acaba com a prisão do indivíduo. O Sistema Penitenciário faz parte desse ciclo e é uma peça fundamental para que tenhamos o retorno do indivíduo à sociedade de forma que ele não volte a delinquir.

Eu não estava no Estado à época, mas esse processo de retirada de preso das delegacias tem que ser relembrado. Nós tínhamos as delegacias no interior, mas o efetivo da Polícia Civil passou para outra casa e o Sistema Penitenciário assumiu a unidade.

São unidades que não têm a menor estrutura física para abrigar presos adequadamente. Isso é fato, não vamos tapar o sol com a peneira. Hoje temos 10.500 presos, são 6.460 vagas, então, há um déficit de 4.111 vagas e grande parte dessas vagas não tem a qualidade adequada por força desse processo.

CDPs não são cadeias públicas nos termos da Lei de Execução Penal. São estabelecimentos improvisados, frutos de uma decisão política equivocada, a meu ver, e que nos traz a atual situação do Sistema Penitenciário.

Só gostaria de reparar o João Batista, porque hoje nós temos cerca de 3.000 servidores no Sistema Penitenciário e quase 20% estão afastados por licença para tratamento de saúde, por questões psicológicas, entre outras. É um número bem elevado e os problemas são decorrentes do convívio em estabelecimentos lotados, sim, outros de patologias anteriores, mas a realidade é que não são 3.000 servidores trabalhando, nós temos menos que isso, nós temos cerca de 2.500 servidores trabalhando no Sistema Penitenciário.

São 65 estabelecimentos, sendo 59 cadeias e 6 penitenciárias. Nós sabemos de tudo o que o Dr. Adriano relatou com relação às dificuldades no interior, as unidades superlotadas, e eu vejo que faltam algumas autoridades na nossa mesa.

Tanto no Sistema Penitenciário como no Sistema Socioeducativo, a anuência das vagas é responsabilidade do Poder Judiciário. Então, eu posso atestar uma vaga para a Polícia Judiciária Civil em uma unidade próxima da delegacia onde o indivíduo encontra-se preso, e o juiz indeferir a inclusão desse preso. Isso não está sob o domínio do Estado. O Judiciário tem um papel fundamental na execução penal e precisa ser chamado também para a discussão.

A interdição surpresa, agora, recente, nas unidades de Cuiabá e de Várzea Grande, é fruto de um processo de anos sem investimento.

O João Batista falou muito bem do CDP de Várzea Grande. São 1.008 vagas importantíssimas, é um contrato de repasse com recurso federal garantido, é de 25 milhões de reais o valor da obra, estão em conta 20 milhões do Governo Federal, contrato assinado com a empresa desde novembro de 2014, e a obra não iniciou.

Se a obra estivesse iniciada em dezembro, em janeiro, talvez estivesse próxima de ser concluída. Qual foi o grande erro nesse processo? A falta de planejamento. Confiaram que a Prefeitura de Várzea Grande faria a terraplanagem e não desenvolveram o projeto de terraplanagem para a unidade.

Então, a empresa ganhou, a Caixa Econômica Federal analisou o processo licitatório, deu *ok*, temos autorização para iniciar essa obra, só que sem terraplanagem, como é que autorizarei a empresa a começar o trabalho? Eu não posso aditar o contrato incluindo terraplanagem porque é um item que não estava na planilha orçamentária.

Nós trabalhamos, e eu, mesmo não sendo o responsável por essa área, à época, intervim junto à Secretaria de Cidade para que eles desenvolvessem o projeto de terraplanagem; e depois fui ao Município de Várzea Grande conversar com a Prefeita sobre a doação de um terreno para o Sistema Socioeducativo, conversei sobre isso também. Algumas ações já foram desenvolvidas para que essa obra inicie prontamente.

Temos com o Governo Federal outras três obras. A de Peixoto de Azevedo é uma pendência do Governo passado também, nós negociamos com a empresa e ela retomará as obras, fizemos pagamentos pendentes, continuará a partir da fundação. Temos Sapezal e Porto Alegre do Norte, que foram licitações frustradas no último ano e que agora em Porto Alegre do Norte nós tivemos uma vencedora.

Essas unidades, essas cinco unidades, duas em Várzea Grande, Sapezal, Porto Alegre do Norte, Peixoto de Azevedo, gerarão quase 2.000 vagas; mas o déficit de vocês são 4.000, nós vamos gerar metade. Vamos, mas esse recurso é garantido pelo Governo Federal, fruto de muito esforço em prorrogações, porque em Sapezal e Porto Alegre do Norte era para ser cancelado o contrato em junho de 2014, fruto dos restos a pagar de 2012, em que o Governo não iniciou processo e o cancelaria. Foram várias negociações com o Governo Federal para que prorrogasse esse contrato, com muito esforço, o Governo Federal está sendo bem paciente para que consigamos concluir essa licitação e iniciar essas obras.

Corremos o risco muito grande de não ter nem isso, pela ineficiência do Estado. Isso me toca muito, alguns aqui, poucos sabem, porque eu trabalhei no Governo Federal durante 9 anos, e essas obras eu autorizei para o Estado.

E quando chego aqui, não assumindo a pasta penitenciária, mas, sim, a pasta de justiça, deparei-me com contratos de repasse de certa forma abandonados. Tanto que um deles, o CDP de Várzea Grande, mesmo eu não tendo nada a ver com o assunto diretamente, incomodei- me e fui atrás para resolver esse problema.

Hoje o problema está no meu pólo. Não posso dizer que o Sistema Penitenciário é a Secretaria Adjunta, ao lado da minha, mas sim eu respondo por ela hoje. Então, digo para vocês que nos últimos 15 dias fiz várias visitas, observei vários procedimentos. Sei o que precisa ser corrigido e sei que precisa de tempo, mas sei também que esse investimento que nós temos não é suficiente.

Pensando numa progressão até 2019, 2020 para ter uma estabilidade do Sistema Penitenciário com a quantidade de vagas necessárias, um para um, uma vaga para um preso, nós precisaremos cerca de 468 milhões de reais. Esse dado foi passado para o Procurador-Geral do Estado Dr. Patryck de Araújo Ayala, na semana passada, que estava junto com outros procuradores no Supremo Tribunal Federal - STF, discutindo o que foi decidido ontem, que é o descontingenciamento do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen.

Enquanto eu estava no Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, fazia parte da gestão, era Diretor de Políticas Penitenciárias, essa área era de minha responsabilidade direta, nós conseguimos aprovar um programa e liberar 1,1 bilhão de reais para os Estados.

Qual era o nosso grande problema em executar esses recursos? Projetos. Os Estados têm uma deficiência muito grande para desenvolver projetos para pegar o recurso federal e, depois, desenvolver os projetos complementares para licitar essas obras. Fruto dessas dificuldades, discutimos com a Casa Civil da Presidência da República a inclusão do Sistema Penitenciário nas alternativas do Regime Diferenciado de Contratações - RDC. Infelizmente, até hoje o Governo Federal não regulamentou, possibilitando que os Estados utilizassem dessa inovação da nossa legislação para que possamos ter agilidade em nossas obras.

Então, o problema não é fácil de resolver e não vamos tapar o sol com a peneira e dizer que em 6 meses teremos muitas vagas, que teremos a redução do déficit carcerário substancialmente, mas temos que trabalhar hoje para chegar amanhã com alguma possibilidade de melhora.

O João Batista falou muito da Penitenciária Central do Estado - PCE. Ele me pediu uma reunião, no início da semana, sobre a PCE e os servidores da PCE.

Ontem, eu estava voltando de Santo Antônio de Leverger, onde fomos conversar com o juiz sobre a Colônia Penal Agrícola das Palmeiras, e resolvi parar na PCE, chamei o João Batista para ir também e acompanhar os procedimentos, acompanhar tudo isso, acompanhar a demanda dos servidores.

E me surpreendi porque os servidores pedem poucas coisas: mais efetivo para ter mais segurança e viaturas, coisas que o Estado deveria estar muito mais preocupado em fornecer do que o próprio servidor. Normalmente o servidor quer melhoria de salário, quer mais armamentos, quer coisas que o beneficiam pessoalmente e não a forma de trabalho.

Temos que agradecer todos os dias a esses servidores, porque eles seguram o crime organizado. Muitos de vocês sabem que são atores da segurança pública, que temos hoje um visitante ilustre no Estado de Mato Grosso, o João Arcanjo Ribeiro está em audiência no Tribunal do Júri e quem está fazendo a segurança são os nossos servidores, são os nossos agentes penitenciários, sem ajuda de ninguém.

Diariamente, eles contêm o Sistema Penitenciário para que não ocorram fugas, rebeliões, homicídios, entre outros. Não conseguimos evitar todos.

Há 10 dias tivemos um homicídio na PCE, antes, há 20 dias, outro homicídio. Agora, numa cela que cabem 8, no máximo 12, e tem 20, como controlar isso de fora? Nós estamos fazendo uma contenção dessas pessoas.

Com esse gancho, lembro vocês que o sistema de segurança pública é um círculo único e a cada real investido na segurança pública, nós precisamos que outro real seja investido no Sistema Penitenciário e no Sistema Socioeducativo.

O Sistema Socioeducativo já é uma responsabilidade minha desde o início do ano, e eu venho lutando para conseguir avanços. Nós conseguimos mudar algumas coisas dentro do Complexo Pomeri, não temos notícias na mídia frequentes do Pomeri, mas está interditado por decisão judicial transitada em julgado em 2012, não é um assunto novo para ninguém. E o que estava pendente para liberar essa interdição era uma reforma do complexo, que custa 1,5 milhão de reais.

Conseguimos uma suplementação orçamentária para fazê-la e com muito esforço estamos com o edital pronto para ser publicado, para desinterditar o Pomeri.

O Presidente do Tribunal de Justiça – eu me lembro muito bem – em março de 2015, na cidade de Lucas do Rio Verde, anunciou que o Tribunal de Justiça repassaria, como o Deputado Wancley Carvalho citou no início, 20 milhões de reais para construção de unidades socioeducativas.

Foi uma surpresa para nós, uma surpresa muito bem vinda, mas até agora não recebemos o recurso. Estamos trabalhando paralelamente a isso, desenvolvendo projetos e tal, para que, quando chegar o dinheiro de fato, tenhamos condições de executá-lo.

Mas o processo administrativo de construção é um processo lento, até conseguirmos iniciar a obra, nós temos os prazos da lei e não conseguimos evitar que um presídio ou uma unidade socioeducativa seja construído em menos de um ano. É impossível!

Então, senhores, temos que ter a real dimensão do problema. Hoje, nós estamos conseguindo conter o Sistema Penitenciário e o Sistema Socioeducativo. Nós temos 9 unidades do Sistema Socioeducativo, são 177 vagas e 163 adolescentes.

Eu sei que no interior o juiz tem muita dificuldade, mas se dependesse de mim, nós teríamos as vagas, mas o Judiciário tem que autorizar. Tenho vaga na unidade de Cuiabá, só que se o judiciário não autorizar a entrada desses adolescentes, nada eu posso fazer.

Algumas vezes eu recebi ligações do Dr. Fábio Galindo Silvestre, Secretário-Adjunto de Segurança Pública, pedindo auxílio para algumas cidades, e de pronto elas foram atendidas; e o nosso papel, infelizmente, é fazer contato com a unidade socioeducativa e pedir que o diretor da unidade vá ao juiz e tente sensibilizá-lo, porque a gestão da vaga não é do Estado.

Recentemente tivemos uma demanda mais emergencial e conseguimos em Barra do Garças lotar dois adolescentes de Alta Floresta, fruto de um trabalho árduo dos servidores. Temos que valorizar essas pessoas. O Estado tem que fazer o seu trabalho, tem que mostrar para que veio, sim, mas esse não é um processo que acontece do dia para a noite.

Eu tenho muita coisa para dizer, mas vou me limitar. Esses 2,4 bilhões, no FUNPEN, têm o condão de resolver boa parte dos nossos problemas. Agora, quem leu a decisão sabe que o Governo Federal tem um ano para planejar a execução desses recursos - um ano. Digo aos senhores, o processo de 1,1 bilhão de reais que nós liberamos, quando estávamos lá, não demorou dois meses para ser organizado.

Vamos esperar se daqui a um ano o Governo Federal vai ter esse problema já mapeado e os recursos distribuídos, porque eu sei como distribuir o recurso, Deputado, de forma republicana. Não é porque o Estado de São Paulo era contrário ao Partido dos Trabalhadores - PT que o Estado recebeu menos que o quinhão previsto. Agora, eu espero que o Estado de Mato Grosso sendo oposição também não o seja.

Queria só concluir dizendo que, por mais que tenha trabalhado no PT, não tenho vinculação partidária. Então, não vejo problema nenhum. Sou um técnico, cheguei aqui por um perfil técnico. Não vejo problema nenhum em fazer crítica ao Governo Federal ou a qualquer outro governo, porque são informações técnicas.

Nós precisamos melhorar isso e é fruto desse trabalho, dizia agora numa entrevista de fora que a audiência pública tem o condão de juntar boas ideias e trazer para discussão o assunto, mas, infelizmente, o nosso auditório está meio vazio. Se pedirmos para levantar quem é servidor da Polícia Civil e do Sistema Penitenciário, da SEJUDH, vocês verão, são 100%.

Onde está a sociedade? Onde estão os outros órgãos? Porque jogar pedra em nós, do Executivo, é muito fácil. Eu quero ver é colaborar. O preso não é do Estado, ele é da sociedade, ele é de todos nós. O adolescente é de todos nós.

A nossa responsabilidade é tentar propiciar um ambiente melhor para que essa pessoa retorne ao convívio social, responsabilidade de todos nós aqui. Independentemente se a Polícia Civil está investigando e está prendendo, é nosso papel tentar ressocializá-lo.

A Fundação Nova Chance, que, eu diria, até o início do ano não tinha grandes perspectivas, vem, com a Cíntia Nara Selhorst Barbosa à frente dela, desempenhando um excelente trabalho: parcerias para que os reeducandos tenham benefícios, tenham possibilidades de cursos, tenham vagas em contratações.

As grandes empreiteiras deste Estado de rodovias devem contratar reeducandos, só assim nós vamos conseguir mudar essas pessoas. Não adianta achar que os colocando atrás das grades o problema está resolvido, porque estarão por alguns anos, talvez poucos com a progressão do regime, talvez muitos, dependendo do crime, mas eles voltarão, senhores. Depende de nós tentar recuperá-los.

Gostaria de conclamar a todos que façam parte desta corrente - Polícia Civil... Delegado Peralta, tem serviço de limpeza nas suas unidades? Vamos contratar a Fundação Nova Chance, Polícia Militar, outros órgãos, a Assembleia Legislativa. Na SEJUDH nós convivemos com eles diariamente e nada acontece. O perfil é selecionado, vamos dar uma oportunidade para que essas pessoas retornem a um convívio social de uma forma melhor do que elas entraram.

Que o Estado foi incompetente até o momento nós sabemos, porque se o Estado tivesse sido competente, eles não estariam cometendo crimes, nós estaríamos mexendo aqui em saúde, educação, trabalho, cultura.

Eu costumo dizer que muitas vezes o primeiro contato do adolescente ou do preso com o serviço público é quando ele é preso. Quando ele chega a uma delegacia de polícia é o primeiro contato com o serviço público, porque antes o Estado foi omisso.

Vamos discutir políticas, sim, de saúde, de educação, de assistência. Mas para as pessoas que estão em meio aberto, para as pessoas que estão em meio fechado, nós temos várias políticas que muitas vezes dependem das condições dos estabelecimentos para que eles trabalhem, para que eles estudem. Vontade, há muita vontade no Estado, mas nós dependemos também de investimentos e dependemos de parcerias. Vamos abrir nossas mentes para o que é o Sistema Penitenciário.

Eu já entrei nas piores unidades do País: Presídio Central, Urso Branco, Aníbal Bruno, Pedrinhas. Não é bonito de ver. Você se assusta, não vou negar que muitas vezes tive medo pela minha segurança.

Agora, graças a Deus, na Penitenciária Central, com 2.000 presos, ontem eu entrei com eles fazendo a contenção e não tive medo nenhum da minha segurança. São profissionais

treinados, competentes e que estão aí para dar o seu suor e vestir a camisa do Estado para que nós tenhamos um Sistema Penitenciário melhor.

Muito obrigado e estou à disposição para responder as suas perguntas. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Muito obrigado, Dr. Luiz Fabrício Vieira Neto.

Quero dizer que todos foram chamados para essa discussão, o Poder Judiciário, o Ministério Público, mas infelizmente... É por isso que eu agradeço aos senhores e às senhoras que vieram para fazermos esse debate.

Quero lembrar a todos novamente que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia* e também pela *Rádio Assembleia*, para Cuiabá e toda a Baixada Cuiabana. São altas as audiências tanto da *TV Assembleia* como da *Rádio Assembleia*. A nossa conversa não está restrita a este Auditório. A nossa conversa aqui está, temos muitas...

Cumprimento meu amigo Carioca, investigador da Polícia Civil. Quando eu era agente prisional, em Jauru, o Carioca também trabalhava lá. É isso aí. Muito obrigado pela presença.

Convido para fazer uso da palavra o Paulo César de Souza, Presidente do Sindicato da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso – SINDPSS - MT.

O SR. PAULO CÉSAR DE SOUZA – Boa tarde a todos!

Eu quero agradecer, em nome do sindicato e do Sistema Socioeducativo, ao Deputado Wancley Carvalho por esta oportunidade de falarmos sobre o Sistema Socioeducativo que, eu creio, hoje é uma coisa mais latente e as pessoas já conhecem o que é Socioeducativo.

Há quatro anos, quando eu entrei no Sistema Socioeducativo, as pessoas confundiam, mas hoje menos, porque éramos agentes prisionais. “Ah, vocês são do Prisional? Cuidam dos ‘meninos’ lá da Fazendinha?” Não, nós somos do Sistema Socioeducativo e estamos à frente tentando fazer a socialização desses adolescentes infratores. É um trabalho árduo que o sindicato faz perante a sociedade.

Aqui na Casa, Deputado, muita gente, muitos Deputados não conheciam o que era o Sistema Socioeducativo. Até o nosso Governador, Pedro Taques, na época da eleição, perguntaram a ele sobre o Sistema Socioeducativo e ele falou: “Não, essa escola aí...” Ele não soube responder o que era o Sistema Socioeducativo, essa problemática que vem há anos.

Todo o Estado, hoje, é sucateado, isso é notório, se torna até repetitivo, as unidades atuais eram antigas delegacias, como o João Batista frisou. Em Sinop já tentamos de tudo para tentar fechar aquela unidade e não conseguimos, porque o próprio Judiciário da cidade não quer fechá-la, porque a reincidência do adolescente é muito grande.

Temos servidores passando por dificuldades imensas, afastados por saúde. Então, são coisas que o Sistema Socioeducativo passa, que a maioria das pessoas... Nós falamos, saímos na mídia tentando mostrar as dificuldades por que passa o Sistema Socioeducativo.

Hoje nós à frente do Sistema Socioeducativo, à frente do Sistema Prisional, estamos anos luz atrás, Deputado, não tem recurso.

Tem hora que eu converso com o Dr. Luiz Fabrício, Secretário-Adjunto, e falo que graças a Deus nós recebemos pelo menos isso para o Sistema Socioeducativo, que é uma pessoa técnica, ele conhece essas dificuldades.

Mas ele não tem muito avanço, porque não tem nenhum movimento do Governo principalmente em ajudar o Sistema Socioeducativo. Vários servidores aqui tentam fazer o seu trabalho, mas não conseguem, e não conseguem porque não tem espaço.

Das unidades, a única que tem o mínimo de condições de atender o adolescente é em Cuiabá. As unidades do interior não têm sala. Sinop é uma sala, você faz o atendimento ao adolescente, tem que falar baixo na sala de aula aqui, porque atrapalha o atendimento do adolescente ali. É uma salinha. Como você vai dar alguma coisa para este adolescente?

No ano passado, quebraram a cadeia inteira lá. Vieram para Cuiabá, culminou numa rixa entre eles e, em outubro do ano passado, morreu um adolescente de Sinop com eles mesmos aqui em Cuiabá.

A situação do Sistema Socioeducativo é bem pior do que o João Batista falou, do que o Cledison falou, do que o delegado falou. É muito pior.

Não culpo a atual gestão. Não culpo, porque vem de anos e anos sem investimentos, sem nenhum... A nossa função, hoje, de todos os servidores, é bem mais problemática do que o próprio Sistema Prisional. Como o João Batista falou, trabalhar com adolescente é mil vezes pior.

Para você tentar colocar na cabeça desse adolescente que vem com problema familiar lá atrás, como o Dr. Fabrício fez a fala. O Governo nunca atendeu esse adolescente.

Ele nasce naquela pobreza, naquela questão do dia a dia dele: pai usuário de droga ou alcoolista, toda essa situação. Aí chega esse adolescente lá no Socioeducativo, com 6 meses, 9 meses, no máximo, que esse adolescente permanece lá – essa é a média de permanência desse adolescente dentro do Sistema Socioeducativo – e querem que nós demos conta, mas foi tudo errado lá atrás.

A família falhou, o Estado falhou, porque não deu saúde, não deu educação, não deu nada ao adolescente. Aí cai esse adolescente cheio de problemas para o nosso servidor dar conta dele e deixá-lo pronto para voltar à sociedade.

Não tem condições, hoje, com essas unidades sem espaço, sem um pingo de salubridade, principalmente para o adolescente, que é a visão que nós temos. O adolescente convive dentro de uns quartos... É uma cadeia na verdade, não é um centro socioeducativo, nós sabemos disso, nós trabalhamos dentro de uma cadeia.

Se alguém já teve a oportunidade de entrar no Complexo Pomeri e em outras unidades do Estado, é uma cadeia, não é centro socioeducativo. Não é! Então, fica difícil estarmos repetindo, repetindo essas situações. Nós falamos na mídia, sai reportagem. Nada é feito! Passa Governo, passa Secretário.

Aí fica aquele discurso bonito: "A criança e o adolescente são prioridades na Constituição Federal e tal, tem que dar saúde e escola", mas nada é feito! E os servidores lá na ponta todos os dias sentem isso.

Você vai à unidade de Cuiabá, hoje, algumas vezes você não consegue entrar na *internet*. Os servidores preocupados! Há uns dias não tinha computadores. Tem salas que não têm computadores, a *internet* não funciona. A *internet* em Cuiabá não funciona lá no Pomeri.

Hoje, não tem nada que funcione sem *internet*. Tem que ter programas para poder inserir o adolescente, aquela questão toda. Então, fica difícil. São salas sem ares-condicionados.

A Secretaria, infelizmente, não tem recursos para pagar a empresa, para dar manutenção aos ares-condicionados, não dá condições para os colegas trabalharem para atender uma família, uma mãe, um adolescente com o mínimo de... sei lá! A mãe está lá visitando o filho preso; a mãe já naquela situação, lá embaixo; e chega numa situação onde vai entrar numa sala e não tem ar-condicionado, quente para caramba! Mosquito, nem se fala. Como você vai falar para a mãe que ajudará o filho dela, ela vai até acreditar, mas é difícil. Nós ficamos assim...

Nós fizemos até uma greve no ano passado, sem pedir nem um real de aumento, só para pedir melhoria de condições de trabalho, melhorias para os adolescentes. Só isso! E nada, até hoje, foi feito. Estamos tentando.

O Desembargador Paulo da Cunha, Presidente do Tribunal de Justiça, se comprometeu, lá em Lucas do Rio Verde, a emprestar 20 milhões de reais para a construção de novas unidades socioeducativas. Só que eu vou falar para vocês, nós do Sistema Socioeducativo não acreditamos mais nisso, porque já se passaram... Já está finalizando o ano, não falaram mais nada disso, a Secretaria, os colegas, o Dr. Luiz Fabrício Vieira Neto, Secretário-Adjunto, correu atrás de todos os projetos, tudo pronto, e parece que só querem fazer discursos, falar bonito.

Nós que estamos à frente do sistema, estamos sofrendo! Somos cobrados pela imprensa; se acontece qualquer motim, qualquer problema com adolescente lá dentro, a imprensa é a primeira a nos jogar pedra, mas não sabe das dificuldades que todos os dias os nossos servidores, os nossos colegas que estão lá na ponta passam.

Então, Deputado, eu peço a Vossa Excelência que, de alguma forma, possa ajudar o nosso sistema, ajudar o Secretário nessa questão, principalmente, de viabilizar essa verba o mais rápido possível, para que o Sistema Socioeducativo saia desse ostracismo em que se encontra.

É inadmissível nós aqui de Mato Grosso, um Estado que em relação às outras unidades federativas... No Sistema Socioeducativo estamos bem na frente. Agora, os senhores imaginem nos outros Estados como está. Mas temos que nos valer dessa premissa: o Estado arrecada muito, arrecada muito dinheiro.

Eu acho que o Governador, por ser legalista, teria que estar na frente disso, olhar muito mais o Sistema Socioeducativo. Lá, hoje, todo mundo sabe que é escola do Sistema Prisional, como o João Batista falou aqui. É escola!

Lá, se você conversa... Eu sou agente, eu converso com adolescente, ele fala como *bandidão* mesmo! Ele fala que ele é do PCC, essa que é a conversa dele lá.

O que é que tem que ser feito muito rápido e urgente, Deputado, é a Casa ajudar nessas questões de conversação para a liberação desse dinheiro, urgentemente, para o Sistema Socioeducativo.

E a questão do concurso do público que também está em andamento, mas teria que ser imediato, porque serão construídas as unidades, e já está defasado o nosso quadro hoje, principalmente no interior.

Nós agentes estamos dando apoio a Rondonópolis, Sinop, Barra do Garças, mas precisamos urgentemente do concurso público, porque serão construídas as unidades e quem trabalhará nelas? Vão chamar contratados? Nós do sindicato somos contra contratos, porque é feito todo um investimento no servidor, faz curso e passa informações, ele pega certinho e quando já está pronto para trabalhar, desenvolver o seu serviço, acaba o contrato e ele sai. E aí? O investimento foi todo perdido. Por isso que nós batemos na premissa de que o concurso público é primordial, tem que ser urgente.

Então, é só isso que nós temos para falar. Se alguém tiver alguma pergunta, estamos aqui para responder. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Muito bom. Obrigado ao Paulo César.

Antes de passar a palavra aos integrantes da mesa e ao público, farei alguns encaminhamentos.

Na fala do Sr. Cledison, Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso, que está ali, ele falou sobre a questão da segurança orgânica das unidades policiais juntamente com a Diretoria da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública.

Iniciaremos contribuindo com a segurança orgânica na questão de câmeras de monitoramento em delegacias, começamos a fazer esse trabalho com a liberação de emendas parlamentares, não só para as delegacias como para as unidades prisionais, como é o caso de Pontes e Lacerda. Já estamos fazendo esse trabalho, a questão da segurança orgânica, para poder facilitar o trabalho do servidor público no plantão e na rotina do dia a dia.

E quero também, já de maneira prévia, fazer alguns encaminhamentos desse nosso bate-papo, vamos chamar de bate-papo esse diálogo nosso, nós temos, em termos de delegacias regionais, contando com Cuiabá e Várzea Grande, 16 delegacias regionais. Com relação ao tempo de preso sob custódia, precisamos buscar uma solução de criação de vagas para contemplar essas 3 delegacias regionais. É o encaminhamento que temos e precisamos pensar de maneira estratégica, pensando nas delegacias regionais para serem contempladas com relação a esses presos que estão nas delegacias, levando em consideração ambos os sexos, levando em consideração os menores também.

A questão das unidades de Peixoto de Azevedo, Várzea Grande, Sapezal e também Porto Alegre do Norte, como colocado aqui pelo Dr. Luiz, o andamento dessas unidades.

E dizer ao Dr. Luiz Fabrício que o parabenizo pelo seu trabalho, pelo conhecimento técnico que tem frente a esses projetos, e desde já quero colocar a Assembleia Legislativa, juntamente com o Presidente Deputado Guilherme Maluf, a disposição caso precise de, digamos assim, apoio político ou até para buscarmos recursos para complementar esses projetos.

Eu acredito que temos condições de contribuir. Já fica esse encaminhamento, porque independentemente dessas ações, se a previsão é para daqui um, dois ou três anos, mas temos que fazer, porque se nós não fizermos, daqui a um, dois ou três anos a situação vai ficar pior do que está hoje. Então, tem que ser feito.

Outro encaminhamento que colocamos aqui, eu já anotei, é o Plano de Modernização do Sistema Penitenciário 2010/2021, que foi colocado pelo Presidente João, é importante termos posse desse plano, já que foi feito, nesse caso, um estudo técnico em cima disso, devemos aproveitá-lo e resgatá-lo para que possamos adaptá-lo à realidade nossa.

Uma informação importantíssima, a questão da Fundação Nova Chance, da prestação de serviço de limpeza, é importante que nós a fomentemos para darmos oportunidade a essa instituição e contemplarmos a ressocialização dos que fazem parte dessa entidade.

Esse espaço socioeducativo, como colocado pelo Paulo Cesar, há necessidade de adequações para que realmente seja um espaço socioeducativo. Desde já, quero dizer ao Paulo Cesar, Presidente do Sindicato da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso, que vamos propor uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça com relação aos 20 milhões de reais, isso já foi acordado e também com o próprio Governador, para sabermos em que pé está o andamento desse recurso. E também encaminharemos o pedido do concurso público para o Sistema Socioeducativo.

Então, são esses encaminhamentos que até agora já tomamos posse, o fruto dessa conversa nossa, e agora abrirei para outros encaminhamentos...

O senhor pode usar o microfone.

O SR. ADRIANO PERALTA MORAES – Só uma complementação: ao invés de fazermos encaminhamento para criação de vagas nas regionais, fazermos nas Regiões Integradas de

Segurança Pública - RISPs, que é o termo técnico que utilizam agora, para que em todas as regiões integradas de segurança pública tenham vagas tanto para maiores de idade como para menores de idade, de ambos os sexos.

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – *Ok*!

Dando continuidade, quero abrir para o debate, tanto para a mesa como para a plateia, caso alguém queira complementar alguma coisa.

Passo a palavra ao Sr. Antônio Lourenço, investigador de polícia aposentado, por 3 minutos. Pode direcionar a sua pergunta ou a sua sugestão para alguém da mesa.

O SR. ANTÔNIO LOURENÇO – Boa tarde a todos!

Eu quero cumprimentar o Presidente da Mesa, nosso ilustre Policial Civil, hoje Deputado, que nos representa neste Poder Legislativo.

A minha pergunta é para o Dr. Luiz Fabrício. Como se encontra a construção, que está parada, da unidade socioeducativa em Várzea Grande? Tudo indica que a construção está deteriorada, sendo depredada por marginais, e foi usado ali dinheiro público, do Estado. Eu quero saber qual é a situação dessa construção. Vai dar prosseguimento ou vai ser paralisada? Muito obrigado!

O SR. LUIZ FABRÍCIO VIEIRA NETO – A construção da unidade socioeducativa de Várzea Grande é mais um exemplo da ineficiência do Poder Público. Ela foi paralisada em 2012... Esse assunto parece novo, mas todos sabem que ela está parada há muitos anos e nós apuramos a responsabilidade de servidores que autorizaram pagamentos indevidos para a empresa.

A estrutura, não pelo abandono, mas por falha na execução, está comprometida, houve erosão no terreno, rachaduras em paredes na maior parte nos blocos, só 2 ou 3 blocos estão ainda passíveis de recuperação e os demais blocos, pela avaliação da engenharia, será necessária a demolição. Não foi feita ainda a demolição, nem tomada outra providência por conta do processo de apuração.

Foi encaminhado também ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal, porque o recurso é federal, foram gastos 5 milhões de reais e a obra de fato não ficou pronta.

E nós precisamos responsabilizar também quem deixou a obra ser totalmente furtada, porque nós temos lá nada mais do que paredes. Esse não é um assunto de agora. Não foi furtada agora, de janeiro para cá. Então, é importante que apontemos os dedos para quem, nas gestões passadas, deixou aquilo acontecer.

Hoje a recuperação daquela unidade está pendente de uma avaliação técnica de engenharia pormenorizada, que será realizada pela Secretaria de Cidades e pela Secretaria de Justiça para ver que prédios de fato podem ser recuperados para outro aparelho público.

Por isso, já estamos trabalhando com a doação de um novo terreno na Prefeitura de Várzea Grande para construção de um dos centros, fruto do repasse dos 20 milhões de reais do Tribunal de Justiça – TJ, que ainda não chegaram.

Para complementar essa informação, ontem eu recebi a ligação do Dr. Ciro Rodolfo Gonçalves, Secretário Controlador-Geral do Estado, pedindo que, logo após esta Audiência Pública, eu fosse ao gabinete dele na Controladoria-Geral do Estado - CGE para discutir esse assunto, porque o TJ se comprometeu a repassar o recurso, mas não pensou nas implicações orçamentárias e financeiras decorrentes disso. Ele me explicará, depois da Audiência Pública, como o TJ poderá transferir este recurso.

De antemão eu adianto para vocês que enquanto tudo não for apurado, nós não podemos mexer naquele prédio.

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Só houve a inscrição do Investigador Antônio. Alguém da mesa quer fazer algum encaminhamento? Então, ficam os encaminhamentos que eu já citei aqui, como fruto desta Audiência Pública.

Encerro esta Audiência Pública e, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos e convido os presentes para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino do Estado de Mato Grosso.

(O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO É EXECUTADO.)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
  - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros.
- Revisão:
  - Solange Aparecida Barros Pereira.